

### Pagar taxas na educação? O nosso PM desconhece [o que publicou](#) em agosto de 2012?

Ontem em entrevista à TVI o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho colocou a possibilidade de se rever a "gratuidade" do sistema



educativo.

As reações não se fizeram esperar acerca desta eventual opção anticonstitucional, segundo uns ( [FNE](#) , [FENPROF](#) , ) possível segundo alguns [constitucionalistas](#) . No entanto Jorge Miranda em

[declarações ao Público](#)

afirma ser "manifestamente inconstitucional", dizendo ainda estar preocupado com "a enorme insensibilidade do Governo em relação à situação educacional e cultural do país".

Já o ministro Nuno Crato enviou hoje um comunicado em que afirma:  
"Nunca o Governo pôs em causa a gratuitidade da escolaridade obrigatória".

{youtube}jSqQhX1hRzI?rel=40{/youtube}

### Ver e ouvir a partir do minuto 40

O que diz a [Constituição da República Portuguesa](#) ?

#### Artigo 74.º

#### Ensino

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

- a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- ...
- d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
- e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
- ...

*(sublinhado da nossa responsabilidade)*

No entanto foi justamente **este Governo que estendeu a escolaridade obrigatória até aos 18 anos** (normalmente idade de frequência do ensino Secundário)

A 2 de agosto de 2012, a comunicação social difundia a [notícia da escolaridade obrigatória até aos 18 anos](#) que entraria em vigor no ano letivo 2012/2013, de acordo com o [Decreto-Lei n.º 176/2012](#) :

**Diz este diploma no seu Artigo 3.º:**

1 — No âmbito **da escolaridade obrigatória o ensino é universal e gratuito.**

2 — A **gratuidade da escolaridade obrigatória** traduz-se na oferta de ensino público **com inexistência de propinas e na isenção total de taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, inscrição, frequência escolar e certificação**, dispondo ainda os alunos de apoios no âmbito da ação social escolar, caso sejam cumpridos os prazos determinados.

**Mais uma amnésia do nosso Primeiro-ministro?**

**BOM!!!! Versão 2dez2012 ...** "O primeiro-ministro afastou hoje a introdução de co-pagamentos no ensino obrigatório em Portugal, que actualmente se estende até ao 12.<sup>o</sup> ano, afirmando que isso não é possível e que nunca fez qualquer referência a essa possibilidade." in [Público](#)